

Uma estatal discute o papel das estatais

Os debates sobre estatização e privatização no Brasil estão marcados pelo "maniqueísmo" e por "mistificações", segundo o economista Carlos Lessa, da Universidade de Campinas (Unicamp). Setores que vão da "extrema-direita a autonomistas de esquerda" manipulam ideologicamente o debate, atribuindo ao Estado a causa de "todos os problemas brasileiros", disse ele ontem, no primeiro dia de debates do Seminário das Estatais do Estado de São Paulo, promovido pela Eletropaulo.

Na eclética mesa do Seminário, que se encerra hoje, contavam-se desde Paulo Sandroni, economista de esquerda ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), até o jurista neoliberal Ives Gandra Silva Martins, passando pelo PMDB progressista dos economistas Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, ex-assessor do Ministério da Fazenda, e Carlos Lessa.

O tamanho e a situação do Estado-empresário brasileiro foram expostos pelo secretário de Controle das Empresas Estatais, Júlio Colombi Neto. De acordo com ele, são 176 empresas produtivas, 22 prestadoras de serviços (como transportes suburbanos ou turismo), 24 financeiras e seis previdenciárias, além de outras 114 autarquias e fundações. No total, sem contar a administração direta, as estatais empregam 1,06 milhão de pessoas e hoje são responsáveis por grandes buracos nas contas financeiras

da União, se bem que numa tendência declinante. Em 1982, disse Colombi, as estatais contribuíram com 3,4% do PIB-Produto Interno Bruto para o déficit público. Em 1986, o índice foi de 1,9%, no ano passado, 1,7% e, neste ano, a previsão é de 0,5% do PIB, embora o próprio titular da Sest adianta que "teremos um número superior".

A situação das estatais exposta por Colombi mostra que os seus encargos financeiros cresceram de Cr\$ 28,3 bilhões em 1980 para Cr\$ 69,8 bilhões em 1986. No mesmo período, porém, as tarifas e preços de seus insumos e serviços despencaram: na Telebrás a queda foi de 64,7%, enquanto os preços da Petrobrás retrocederam 57,4%. Em síntese, constatou Colombi, as estatais estão sem capacidade de autofinanciamento.

Para Belluzzo, o problema das estatais, hoje, é que elas serviram, no passado, de alavanca para a busca de empréstimos no Exterior e se endividaram acima da sua capacidade — o que se somou à decisão do governo, posterior, de assumir a dívida externa do setor privado nacional. Resultado, a dívida externa, nas mãos do Estado, é hoje de US\$ 78 bilhões.

Já na opinião de Paulo Sandroni, da PUC de São Paulo, as tarifas públicas arrochadas no início da década levaram a uma transferência de renda dentro da socieda-

de — de muitos para poucos. Ao pagarem, por exemplo, petróleo ou energia elétrica com tarifas subsidiadas, as indústrias lucraram mais. Assim, para Sandroni, chegou, agora, a época da devolução. Ou seja, o Estado deve taxar mais o capital.

O jurista Ives Gandra ateve-se à questão do controle das estatais pela sociedade e defendeu a sua privatização, por meio do regime de concessões à iniciativa particular. "Esse regime bem administrado permite a desestatização sem perda de poder nem de nacionalidade", ele sustentou. Ives Gandra pintou o quadro, visto por outro ângulo. Hoje a dívida do Estado, interna e externa, está em torno de US\$ 150 bilhões, significando que, a rigor, como o seu patrimônio é inferior a essa quantia, o Estado não tem nada. O jurista criticou a Constituinte por não estar introduzindo mecanismos de controle do Estado, a começar pelos Tribunais de Contas, que continuarão como "casas de tertúlias acadêmicas e morais".

Ives Gandra gostaria de ver os Tribunais de Contas vinculadas ao Poder Judiciário, para poderem exercer suas atividades independentemente dos acordos políticos. Eeria também que a Constituinte votasse um parlamentarismo de verdade, o qual teria, entre outros, o ingrediente de permitir ao chefe de Estado dissolver o Congresso — sempre que houvesse uma troca sucessiva e mal-sucedida de gabinetes.